ISSN: 2358-8829



RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁXIS DE PESQUISA-INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

Luiz Henrique Gonçalves Souza ¹

Fernanda de Souza Vilela ²

Reinaldo da Silva Junior³

Mara Salgado ⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compartilhar através de um relato cartográfico de experiência, os processos teórico, metodológico e práxicos clínicos, emergentes na execução do projeto de pesquisa, "Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção psicossocial na educação", contemplado e financiado pelo edital 09/2024 da Fundação de amparo à pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG). A complexidade que envolve intervenções psicossociais no ambiente escolar carrega em si a necessidade de uma busca ampliada de saberes transversalizados, que abarque dispositivos de análise e ação tanto a nível molar quanto molecular, e que possam tanger múltiplas dimensões que se atravessam intermitentemente. Este relato se propõe a tratar de 2 eixos do projeto. O primeiro eixo consiste em uma práxis de atuação psicossocial através de processos coletivos grupais com estudantes das turmas dos 1º ano do ensino médio; professoras(es), e demais trabalhadoras(es); em uma escola estadual, da cidade de Divinópolis-MG. O segundo eixo tem como objetivo mapear o território ampliado da escola e comunidade escolar contemplando um inventário de aspectos históricos, geográficos, culturais, de serviços e equipamentos de saúde, lazer, cultura, assistência social, infraestrutura, transporte entre outros, presentes ou que atendem ao território da escola. As bases metodológicas do projeto foram baseadas principalmente na Análise Institucional, Processos Grupais e Cartografia, na perspectiva do Esquizodrama e da Pedagogia Klinica, visando à construção de uma ecosofia da vida no ambiente e comunidade escolar. Dentro das ferramentas metodológicas utilizadas estão a cartografia, diário de bordo e análise documental. A proposta se insere em uma utopia ativa, um esperançar criando com a comunidade escolar novos modos e realidades outras na escola promovendo encontros inclusivos, coletivos e emancipadores no ambiente escolar.

Palavras-chave: Intervenção Psicossocial; Psicologia Escolar; Psicologia Educacional; Cartografia Esquizodramática; Psicologia Social.

¹ Mestrando em Educação e Formação Humana na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais / FAE/UEMG; Pesquisador do Projeto Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção psicossocial na educação - FAPEMIG Edital Nº 09/2024. E-mail: klinicapotenciacoletiva@gmail.com;

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais / Unidade Divinópolis; Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental de Alta Performance pela Faculdade Iguaçu; Pós-graduanda em Esquizodrama, Esquizoanálise e Análise Institucional pela Faculdade Faciência / Instituto Gregorio Baremblitt - PR/MG; Pesquisadora do Projeto Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção psicossocial na educação - FAPEMIG Edital Nº 09/2024. E-mail: psicologafernandavilela@gmail.com;
³ Coordenador e Professor do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG /

Ocordenador e Professor do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Divinópolis. Pesquisador do Projeto Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção psicossocial na educação - FAPEMIG Edital Nº 09/2024. E-mail: reinaldo.junior@uemg.br

⁴ Professora do curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Unidade Divinópolis. Coordenadora do Projeto Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção psicossocial na educação - FAPEMIG Edital Nº 09/2024. E-mail: marasalgado.ms@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A complexidade que envolve as intervenções psicossociais no ambiente escolar carrega consigo a necessidade de uma busca ampliada de saberes transversalizados. Tais saberes devem ser capazes de abarcar dispositivos de análise e ação que atuem tanto a nível molar (macroestrutural) quanto a nível molecular (microprocessos). É fundamental que essas intervenções tangenciam múltiplas dimensões que se atravessam intermitentemente, como as construções históricas, sociais, estéticas, políticas, ecológicas e os processos de subjetivação.

Nesse cenário de complexidade e demanda por novas práxis, surge o projeto piloto: Construindo uma práxis de pesquisa-intervenção psicossocial na educação, que utiliza o nome fantasia Projeto ARAR: Ação-Reflexão-Ação-Reflexão. Este projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) através do edital 009/2024 Fortalecimento e Consolidação da Pesquisa na UEMG e UNIMONTES, e é coordenado pela professora doutora Mara Salgado. O Projeto ARAR está organizado metodologicamente em 4 eixos principais. No estágio atual da pesquisa, os resultados parciais se concentram na execução dos dois primeiros eixos. O eixo 1 consiste em criar uma práxis de atuação psicossocial através de processos coletivos grupais analíticos-institucionais-esquizodramáticos.

Esta intervenção envolve diretamente estudantes dos primeiros anos do ensino médio, professoras(es), e demais trabalhadoras(es), em uma escola pública estadual, localizada em uma cidade de médio porte de Minas Gerais. O eixo 2, por sua vez, coordenado pelo professor doutor Reinaldo da Silva Junior (UEMG unidade Divinópolis), foca no mapeamento e inventário do território ampliado da escola e sua comunidade escolar. O projeto se fundamenta em um paradigma que busca uma ética, estética, e política de cuidado da vida integral em sua potência inventiva, multiplicitária e de singularidades diversas. Tendo como finalidade gerar realidades outras, inclusivas e emancipadoras na escola.

Inspirando-se no questionamento de Espinoza, resgatado por Deleuze e Guattari, sobre o que o corpo pode, o ARAR tenta saber o que pode a pesquisa-intervenção na escola. Esta abordagem ética, estética e política visa uma ecosofia da vida, em sua potência de gerar mais vida. O objetivo geral do Projeto ARAR é promover uma práxis de intervenção psicossocial em uma escola pública estadual de Minas Gerais. A práxis é inspirada nos construtos teórico-metodológicos da Análise Institucional, dos Processos Grupais, do Esquizodrama e do Mapeamento Psicossocial, cartografando e



inventariando os territórios ampliados da escola e comunidades escolares.

O projeto busca seus entres e interações nos encontros transrelacionais, levantar analisadores de aspectos de natureza bio-psíquico-social-relacional-ambiental, também gerará produtos e restituirá à sociedade, compartilhando as experiências e práticas adquiridas, além de contribuir e disseminar o conhecimento científico, através de um livro e duas publicações em revistas da área.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REFERENCIAL

A Psicologia Escolar, como especialidade, utiliza conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, com o intuito de compreender os processos e estilos de aprendizagem e direcionar a equipe educativa na busca de um constante aperfeiçoamento do processo ensino/aprendizagem. No entanto, o histórico da Psicologia no Brasil é marcado por uma longa trajetória. Marinho-Araújo (INEP, 2010) relata que a história da Psicologia no Brasil é bem recente, com seus primórdios encontrados entre o final do século 19 e o início do século 20.

Os marcos históricos da Psicologia anunciam sua presença próxima à Educação muito tempo antes de ela se distinguir como área científica no cenário nacional. Uma das manifestações dessa relação é concretizada pela Psicologia Escolar. Historicamente, o psicólogo escolar se caracterizou por diferentes perfis profissionais. Desde a década de 1960, ele se responsabiliza pelo atendimento individual a alunos encaminhados com queixas escolares de diversas ordens. O objetivo central era adaptá-los às normas e condutas escolares, "tratando-os" por meio de estratégias "psicologizantes" baseadas no modelo médico de atendimento.

Contudo, nos últimos 30 anos, após questionamentos a essa forma de atuação, a área vem construindo uma postura mais crítica e comprometida com as demandas sociais contextualizadas coletivamente no lócus dos espaços educativos. Muito recentemente, os trabalhos da psicologia na escola têm sido pautados com o objetivo de atuar em linhas de inclusão, acolhimento e compor com as famílias, incentivando a participação na vida escolar do estudante. Dentre os diversos focos de atuação, incluem-se a comunidade escolar, como pais, vizinhos, os alunos, os professores e a gestão escolar. As ações de suporte envolvem: elaboração de projetos que integrem o Projeto Político Pedagógico; de apoio ao trabalho docente com articulação entre teorias de aprendizagem e práticas pedagógicas; identificação e encaminhamento para atendimentos especializados; oficinas; dinâmicas; palestras e atividades de educação e



prevenção.

Apesar de sua importância, a atuação do psicólogo escolar perpassa por limitações que se dividem em internas e externas. Nas internas, ainda há divergências quanto ao reconhecimento desta área, devido à carência de uma visão institucional e organizacional. É notória a dominância de uma visão ainda eminentemente clínica entre grande parte dos psicólogos em nosso país, o que restringe o campo de atuação e o reconhecimento social da Psicologia. Perante as limitações externas, usuários, gestores e profissionais da educação ainda desconhecem a Psicologia e seus benefícios. Felizmente, já se observa profissionais e instituições construindo uma nova visão da Psicologia Educacional, dados os benefícios alcançados.

É notório destacar as relações entre as Políticas Públicas Educacionais e a Psicologia Escolar. Segundo Cassins (et al., 2007), a Constituição Federal orienta as metas na educação e nos artigos 206 (inciso VII) e 214 (incisos III a V) ressalta que esta deve ser de qualidade, e a Psicologia tem um papel importante nesse processo.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no seu Artigo 1º, ao definir a abrangência da educação, fala de processos de formação, desenvolvimento e convivência humana. Entendendo estes fenômenos como objeto de estudo e de atuação da Psicologia, isso a torna uma ciência do fenômeno educativo, e os psicólogos educacionais tornam-se mediadores, como todos aqueles que trabalham na escola. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Artigo nº 53 fala do direito ao pleno desenvolvimento, no direito à cidadania e qualificação para o trabalho, atribuições que a Psicologia pode e deve assumir enquanto ciência do comportamento, das áreas humanas e através de seu comprometimento social. O Artigo nº 70, deste mesmo documento, ao abordar o conceito de prevenção, aponta mais um potencial campo de atuação da Psicologia com relação aos fenômenos danosos aos seres humanos..

Valendo-se ressaltar, ainda, a Lei Federal 13.935 de 2019, que "dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica", prevendo a obrigatoriedade do profissional de psicologia. Contudo, esta lei necessita de regulamentação por parte dos estados e municípios para que a presença desses profissionais em toda escola se torne uma realidade. É fundamental pensar quais psicologias se quer nesse espaço, se uma psicologia libertária a lá Paulo Freire, ou se ela servirá como mecanismo de reprodução de lógicas opressoras da vida e de suas singularidades.



Compreender a instituição escola como equipamento de massa, e como se deu de tal forma, é muito importante. Algo que é naturalizado hoje, a escola, em termos de humanidade, é extremamente recente, datando da segunda metade do século XIX na emergente província capitalista germânica da Prússia. O objetivo era embasar um projeto de poder/nação baseado no ideal de linha de montagem capitalista, visando uma monocultura de pessoas e extermínio das diferenças. Este modelo se espalhou rapidamente para outros países e foi adotado e imposto como padrão nas práticas escolares ocidentais, incluindo o Brasil.

Práticas estruturais de violência físicas e psicológicas se enraizaram no sistema educacional a partir desse modelo, racionalizando educadores, crianças e adolescentes, e coibindo a expressão de suas emoções, sentimentos e pensamentos discordantes. Os corpos foram docilizados, uniformizados, enfileirados, separados por idade, classificados, numerados, segregados, trancados. Enfim, eram preparados para o mercado de trabalho que repete, em grande medida, os mesmos mecanismos de controle. Aqueles que saiam da "normalidade imposta" eram e ainda são punidos, moldando crianças e adolescentes como máquinas em uma linha de montagem industrial, descartando os que não atendem os parâmetros de qualidade estipulados por outros como padrão. É fundamental questionar o que é dado, instituído, o que se promove ou não, o bem-estar coletivo e individual, e quais as intenções e consequências que se resultam dessas práticas.

A compreensão da Análise Institucional em escolas traz um grande contributo a esse espaço, pois sua visão ampliada auxilia na compreensão dos problemas e saídas colaborativas, sendo um potente dispositivo de ferramentas para a atuação de uma psicologia escolar crítica. Neste sentido, combatem-se os modelos tradicionais de atuação da Psicologia no espaço escolar, ou seja, aqueles que individualizam o sujeito, excluindo-o do seu próprio processo e muitas vezes patologizando ou culpabilizam o fracasso como causa do estudante.

Por meio da Análise Institucional, a Psicologia adquire ferramentas para repensar a sua prática na instituição escolar, construindo as bases para proporcionar uma compreensão de sujeito que está para além do seu problema, através de um entendimento mais contextualizado das relações institucionais escolares. Segundo Lima (2005), a partir dos anos 80 e 90, os problemas de aprendizagem ganharam um olhar mais amplo, percebendo que essas questões reverberam a partir de um contexto histórico, cultural, político, econômico e social. Isso impulsionou a Psicologia a



produzir novas formas e práticas de atuação que superem o modelo clínico, sendo inclusive políticas, problematizando e refletindo sobre as reais dificuldades no contexto social e cultural em que se vive.

A Psicologia pôde, então, ser pensada dentro do ambiente educacional a partir de uma outra lógica, surgindo um novo enfoque, uma outra possibilidade de olhar e de compreender o sujeito através do meio no qual está inserido, levando em consideração a comunidade e a família, bem como a instituição que passa a ser entendida como algo que também constitui este sujeito. A Psicologia deve proporcionar às instituições escolares essas reflexões, buscando fazer com que todos os segmentos da escola — direção, professores, funcionários, estudantes, familiares e a comunidade escolar — possam desenvolver um olhar diferenciado e crítico frente às situações cotidianas.

Nesse sentido, a Psicologia retira-se do lugar de diagnosticar, proporcionando um ambiente institucional que olhe e perceba as inúmeras esferas dos sujeitos, ampliando inclusive a forma de organizar e de pensar da própria instituição como um todo. Segundo Rodrigues (2000), a Análise Institucional, iniciada através do movimento institucionalista na década de 60, com a Sócioanálise (Lourau e Lapassade) e a Esquizoanálise (Deleuze e Guattari), surgiu como uma forma de perceber as instituições para além de um lugar e espaço meramente físico, mas a partir de um atravessamento que produz subjetividades.

O movimento institucionalista, conforme Baremblitt (2002), parte do ideal de tentar proporcionar às comunidades e aos coletivos processos de autoanálise e de autogestão. A auto análise pressupõe que o coletivo, como protagonista de suas necessidades, desejos, demandas e problemas, possa adquirir uma forma de pensar e de refletir sobre as suas relações e situações sem a necessidade de intervenção externa. Na autogestão, não há denominações de hierarquia, de modo que as tomadas de decisões são realizadas coletivamente.

De acordo com Rocha (2006), a instituição é, ao mesmo tempo, produto de relações históricas, sociais e produtora de modos de ser, pensar, se relacionar e, portanto, de se tornar sujeito. Assim, por meio da Análise Institucional, a instituição passa a ser vista não como meramente um lugar e espaço físico, mas um espaço-tempo contextual, produtora de subjetividades.

Em toda instituição existe um movimento que produz inicialmente, o instituinte, e como resultado, o instituído. O instituído relaciona-se com um papel histórico que delimita as atividades sociais essenciais e aceitáveis, tendendo a permanecer estático,



sendo bastante resistente e conservador. O instituinte, por sua vez, se caracteriza por ser um processo desejante e revolucionário que tende a transformar ou fundar novos valores. A Análise Institucional configura-se como uma análise das contradições sociais e dos movimentos entre instituído e instituinte, destacando o que acontece institucionalmente, mas que muitas vezes acaba não sendo visto.

A Psicologia, inspirada na Análise Institucional, é elaborada a partir de um conhecimento sobre os acontecimentos históricos, sociais e políticos, a fim de realizar uma investigação sobre o coletivo ou grupo que vai sustentar e embasar as possíveis intervenções, deslocando-se de uma prática exclusivamente voltada para as questões psíquicas de um indivíduo.

Nesse sentido, a prática da Psicologia através dessa teoria pode possibilitar e proporcionar à instituição um olhar diferenciado aos sujeitos, às situações e às relações que permeiam o contexto escolar. Conforme Lourau em 1975: "A autogestão da tarefa e a análise permanente da autogestão dentro do sistema de referência da instituição: tal é o projeto que se propõe a pedagogia institucional".

Desenvolvido por Gregório Baremblitt na década de 70, o Esquizodrama pode ser considerado uma singular modalidade latino-americana de Análise Institucional. É uma potente caixa de ferramentas de intervenção em diferentes campos da realidade: clínica, institucional, sócio-política, e artística, através de trabalhos individuais e grupais. É inspirado na Esquizoanálise e em diferentes campos de saberes e fazeres, do movimento instituinte, da filosofía da diferença, vertentes da psicologia corporal, ciências humanas em geral, nas artes e na sabedoria de práticas populares e originárias.

O Esquizodrama possui um arsenal de arcabouços epistemológicos, teóricos, metodológicos, técnicos, de movimentos e práxis que compõe uma Klínica com "K", de Klinamen, que significa desvio criador. Isso implica em uma quebra de uma reação em cadeia gerando uma realidade outra. É uma corporeidade revolucionária, tendo em vista que a transformação é o que define a multiplicidade e existências. Ao focar nos processos grupais, articulam-se processos verticais, horizontais e transversais, o que contribui para a produção de singularidades, desafiando processos instituídos e normalizadores. O sujeito constrói sua individualidade e, ao mesmo tempo, aprende a conviver, preocupando-se com a comunidade e sua tarefa por Pichon-Rivière (1974), o que "significa momento de encontro e processo construtivo".

Durante os processos grupais realizados no eixo 1 do Projeto ARAR, foi possível observar como o esquizodrama oferece uma plataforma para que os



participantes possam apresentar suas experimentações de forma simbólica e criativa.

Como Baremblitt (1982) aponta, "o esquizodrama busca oferecer um espaço de representação e simbolização dos conflitos e experiências humanas, possibilitando uma ressignificação através do corpo e da imaginação". A "teatralidade do esquizodrama permite que os participantes explorem diferentes experimentações corporais, promovendo uma compreensão mais profunda de si mesmos e do mundo social".

Em relação à pedagogia klínica, Margarete Amorim reforça que ela é fundamentalmente uma abordagem que valoriza o vínculo afetivo e o corpo como veículos de aprendizagem. Segundo ela, "a pedagogia clínica é uma abordagem que privilegia o vínculo, o corpo e os afetos como elementos centrais no processo de aprendizagem e desenvolvimento" (Amorim, 2010). Essa perspectiva evidencia a importância de um espaço de escuta e estar com o outro, promovendo uma pedagogia de resistência e transformação (Amorim, 2014). Amorim destaca que essa abordagem atua na emergência de potencialidades e na resistência às imposições disciplinares tradicionais, colocando o corpo como um espaço de liberdade e expressão.

A Pedagogia Klínica de Margarete Amorim se manifesta em diversas práticas que promovem o corpo, os afetos e a escuta como elementos centrais. O uso de atividades improvisadas e o envolvimento com temas difíceis evidencia uma pedagogia de escuta e acolhimento dos afetos, que fomenta um espaço de enfrentamento às formas tradicionais de ensino e pesquisa. As reflexões sobre a educação e a psicologia escolar, apoiadas por autores como Vygotsky (1978), Bruner (1960) e González (2004), reforçam a importância de práticas mediadoras, participativas e integradas às emoções no ambiente escolar.

A pedagogia Klínica, em sua essência mais inovadora, emerge como uma caixa de ferramentas e de possibilidades que desafíam as formas tradicionais de ensino e aprendizagem ao "rebaixar a separatividade entre o corpo, o emocional e o cognitivo"55, revelando um espaço de criação onde as singularidades são convidadas no encontro a se reencontrar em suas múltiplas dimensões.

O corpo atua como uma matriz sensível para a emergência de intuições, afetos e histórias pessoais. Essa pedagogia, não busca apenas o desenvolvimento de habilidades, mas inaugura uma "escuta estética e pulsante ao ritmo das emoções", que, muitas vezes, permanecem silenciadas ou subalternizadas. Essa escuta de pele, atenta às narrativas, aos afetos e desvios coletivos, revela-se uma estratégia de transformação social, um convite à contracolonização das práticas pedagógicas e institucionais, propondo uma



educação que sente, em constante Trans-Formação.

3. METODOLOGIA: O Projeto ARAR em Ação

O Projeto ARAR utiliza como estratégia experimental/metodológica a pesquisa qualitativa de intervenção híbrida, fundamentada em abordagens institucionalistas, cartográficas, esquizodramáticas e de mapeamento psicossocial. Propõe-se a um amplo escopo de atividades, incluindo o mapeamento do território escolar, revisão bibliográfica, pesquisa documental, diários de bordo, observações participantes e intervenções em processos grupais.

O termo "pesquisa-intervenção" refere-se a abordagens institucionalistas, que se enriquecem com a cartografia para experimentação e acompanhamento de processos. A escolha da escola pública estadual seguiu o critério de ser uma instituição que atende a um grande contingente vulnerável da população da cidade, compreendendo o papel ético-político-social do projeto na construção de uma sociedade inclusiva e na formação de cidadãos transformadores. A relação de confiança e parceria estabelecida com a escola selecionada tem sido um fator fundamental para o andamento da pesquisa, facilitando o diálogo, a adesão e a construção participativa ao trabalho.

O público envolvido nesta etapa é de aproximadamente 236 pessoas. Este contingente abrange: 166 estudantes das 6 turmas do primeiro ano do ensino médio (sendo quatro no turno matutino e duas no vespertino), e entre 70 professores e trabalhadores. A equipe de pesquisa inclui: 6 pesquisadores, sendo todas/os psicóloga/os; uma professora doutora e um professor doutor da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) do departamento de Psicologia da unidade Divinópolis; uma professora doutora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) do departamento de Psicologia, Inclusão e Educação; uma doutora, coordenadora geral do Instituto Gregorio Baremblitt; um mestrando em Educação e Formação Humana pelo PPGE da Faculdade de Educação (FAE/UEMG); uma especialista em Terapia Cognitivo Comportamental de Alta Performance; uma estudante bolsista de iniciação científica; além de 9 estagiárias/os no primeiro semestre e 5 no segundo semestre de 2025.

O projeto organiza-se em quatro eixos principais:

Eixo 1 – Práxis Psicossocial: Desenvolve processos coletivos grupais de caráter analítico-institucional e esquizodramático, envolvendo estudantes, professores e funcionários de uma escola pública de ensino médio. As práticas abordam dimensões históricas, sociais, estéticas, políticas e de gênero, totalizando cerca de 40 intervenções



já realizadas de um total previsto de 50. Foram promovidos dois treinamentos de equipe, 30 supervisões de estágio, 30 covisões clínicas e um grupo semanal de estudos teórico-metodológicos-klínicos coordenado pela Dra. Margarete Aparecida Amorim (IGB).

Eixo 2 – Mapeamento do Território: Sob coordenação do Prof. Dr. Reinaldo da Silva Junior (UEMG/Divinópolis), mapeia-se o território ampliado da escola e sua comunidade, por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e visitas técnicas. O inventário abrange aspectos históricos, culturais, de infraestrutura, saúde e lazer. Os estudantes participam de atividades interdisciplinares, relacionando suas experiências escolares aos territórios existenciais.

Eixo 3 – Elaboração de Produtos: Prevê a produção de um livro digital, organizado pela Prof^a. Dra. Maria Carolina Andrade Freitas (UFPE), além de um pitch e duas publicações científicas, com o objetivo de difundir as experiências e metodologias desenvolvidas, servindo como referência para futuras intervenções psicossociais em contextos educacionais.

Eixo 4 – Restituição e Retorno Social: Engloba a realização de um seminário e encontros presenciais na escola participante, voltados à restituição dos resultados e à promoção de debates. Inclui também publicações científicas e o fortalecimento de redes de apoio voltadas às intervenções psicossociais na educação básica, ampliando o alcance e o impacto social do projeto.

4. RESULTADOS PARCIAIS E RESULTADOS ESPERADOS

O projeto está criando espaços ampliados de escuta e intervenção esquizodramática, permitindo que estudantes, professores e trabalhadores expressem suas demandas subjetivas e contribuindo para a interação da comunidade escolar. Através de uma construção criativa e coletiva da prática, dinamiza-se o diálogo e a consciência coletiva, integrando a cidadania e a responsabilidade social no processo educativo e potencializando os sujeitos da pesquisa como agentes de transformação.

O ARAR originará conhecimento teórico novo (Ciência) e resultado prático (Tecnologia, Inovação). Como impactos, espera-se que o mapeamento psicossocial e inventário cartográfico forneçam uma compreensão abrangente do território da escola, identificando pontos fortes e áreas de melhoria para orientar intervenções futuras. Já com as Práticas Grupais, visa-se proporcionar um espaço seguro para discussão, crescimento pessoal e desenvolvimento de habilidades sociais.

O projeto contribui para melhorar a qualidade da educação, ao introduzir metodologias inovadoras que ampliam o aprendizado e fortalecem práticas pedagógicas participativas. Promove também inclusão social, ao envolver populações vulneráveis e garantir acesso à psicologia, à educação e ao desenvolvimento humano. No campo científico, favorece o avanço do conhecimento transdisciplinar, com produção de novos métodos e tecnologias voltadas ao contexto educacional e comunitário.

Além disso, o projeto fortalece a comunidade escolar, estimulando a autogestão e a coautoria de soluções, e incentiva uma cultura de inovação que se estende a outros setores da sociedade. A articulação entre instituições acadêmicas, órgãos públicos e coletivos locais consolida parcerias e amplia o impacto social. Por fim, ao enfrentar desigualdades e desafios estruturais no sistema educacional, o projeto se insere em um movimento mais amplo de transformação e progresso social, integrando ciência, educação e cidadania.

5. CONCLUSÃO

O Projeto ARAR, fundamentado em uma práxis de pesquisa-intervenção psicossocial complexa, representa uma aposta audaciosa baseada em uma utopia ativa na educação. Ao investigar o potencial da Análise Institucional, do Esquizodrama e do Mapeamento Psicossocial com suas caixas de ferramentas teóricas, metodológicas e técnicas, na escola, o projeto se alinha ao paradigma de uma ecosofia da vida, em sua potência de gerar mais vida.

Como projeto piloto, este representa apenas o primeiro passo na construção de uma pedagogia de pesquisa-intervenção, com potencial para se estender a outras escolas do estado e, posteriormente, para todo o território nacional. É essencial destacar a importância da legislação educacional vigente, como a Lei nº 9394/96, que estabelece as finalidades da educação básica, incluindo o desenvolvimento do educando, a formação cidadã e o acesso a serviços psicológicos, conforme previsto na Lei nº 13.935, que torna obrigatória a atuação de assistentes sociais e psicólogos na rede pública de educação básica. Esse projeto piloto poderá fornecer diretrizes para a implementação efetiva dessas leis por parte dos estados e municípios, especialmente no que diz respeito às atividades psicológicas. O projeto se compromete com a disseminação do conhecimento científico e a exploração de possibilidades que se abrem a partir das análises realizadas em campo, colaborando com o avanço do conhecimento na área e promovendo uma sociedade inclusiva e emancipatória.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Margarete Aparecida. Pedagogia Klínica: a arte de cuidar e aprender com o outro. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

AMORIM, Margarete Aparecida. *Pedagogias do corpo e dos afetos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

BAREMBLITT, Gregorio. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. 6. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BAREMBLITT, Gregorio. *O esquizodrama: teoria e prática.* Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 1982.

BRUNER, Jerome. O processo da educação. São Paulo: Nacional, 1960.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1.* Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

ESPINOSA, Baruch de. Ética demonstrada segundo a ordem geométrica. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson, 2004.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. Campinas: Papirus, 1990.

LOURAU, René. A análise institucional. Petrópolis: Vozes, 1975.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar e educacional: história, teoria e prática. Brasília: INEP, 2010.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

RODRIGUES, Heliana. *Análise institucional: fundamentos e práticas.* São Paulo: Cortez, 2000.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.* Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVA JÚNIOR, Reinaldo da. Projeto Aconchego: descrevendo os caminhos de um mapeamento psicossocial. Divinópolis: Gulliver, 2015.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

